

CAPÍTULO 11

O debate sobre a raça como condicionante da participação

Rafael Adilio Silveira dos Santos

Resumo

A partir dos protestos desencadeados pela morte de George Floyd nos Estados Unidos, no ano passado (2020), veio à tona o debate sobre o racismo e a participação política com recorte racial, seja lá ou mesmo em outros países. Dito isto, meu objetivo foi fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, procurando entender de que forma a literatura política tem tratado a participação nas eleições e em atividades de protesto ou associações considerando a variável raça e as diferenças de comportamento dos grupos étnicos, bem como as demais variáveis que se relacionam com raça e interferem na participação dos cidadãos. A pesquisa foi feita a partir de revisão bibliográfica de artigos e livros sobre o tema da participação política, raça e/ou etnicidade buscando identificar teorias e variáveis que explicassem a participação dos grupos étnicos. A pesquisa ainda tem caráter exploratório, buscando entender o campo e constituir aporte teórico e metodológico para futuras pesquisas sobre a realidade de condicionantes para a participação aqui no Brasil analisando os grupos étnicos daqui.

Palavras-chave: política; participação, raça; etnia.

1. Introdução

Seja qual for o modelo de democracia adotada pelos pesquisadores em suas análises políticas, eles precisam considerar a participação dos cidadãos de alguma forma, afinal de contas não seria democracia se não tem participação. Nesse sentido, eu procurei fazer uma revisão bibliográfica sobre as variáveis que influenciam os indivíduos a participarem nas democracias, seja pelo voto ou outras vias, tais como protestos e manifestações.

A revisão me mostrou que a Teoria do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995) é bem aceita neste campo de pesquisa, explicando que a participação política depende fortemente dos recursos individuais, tais como tempo, dinheiro e habilidades de comunicação. Porém, identifiquei na bibliografia autores que tentam expandir essa explicação, indo além dos recursos, uma tentativa de explicar a influência da condição racial para a participação e foi nisso que foquei como tema do meu trabalho. Dessa forma, o problema que me deteve na revisão bibliográfica é saber se a variável raça exerce alguma influência na participação dos indivíduos na democracia e se ela também interage como outras variáveis para explicar o fenômeno da participação.

Acredito que se justifica o trabalho na medida que raça é um tema muito presente na política e nas ciências sociais como um todo, além do mais, ganhou forte apelo recentemente com protestos da população negra ao redor do mundo questionando injustiças e combatendo o racismo, o caso de George Floyd ocorrido ano passado me parece sintomático disto. Aqui no Brasil o tema da raça na política costuma ser tratado da perspectiva dos movimentos sociais, procurei fazer um caminho diverso, procurando pesquisas que analisam raça e participação dentro de variáveis quantitativas e análise de surveys. Por fim, nos Estados Unidos Tocqueville (1969) já via que a desigualdade racial seria um problema para a democracia do país, já que é um flagrante desrespeito a princípios de equidade de tratamento e efetivação de direitos, algo que permanece atual e precisamos avançar no debate para aperfeiçoarmos as democracias contemporâneas.

Durante a revisão bibliográfica trabalhei com a hipótese de que encontraria pesquisas afirmando que a condição racial é uma variável explicativa da participação política dos indivíduos e que também existem clivagens, tais como renda e escolaridade, que também explicam a maior participação dentro do próprio grupo racial.

2. A raça como condicionante da participação

A Teoria do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995) é a mais aceita para explicar a participação dos indivíduos na política, seja via eleitoral ou não. Os autores afirmam que a participação depende de recursos (dinheiro, tempo livre e habilidades de comunicação e organização aprendidas no trabalho, organizações civis e igrejas), engajamento psicológico com política (opiniões e atitudes como interesse por política, conhecimento e confiança no sistema político) e redes de recrutamento (ser chamado a participar de uma ação por membros de uma ONG ou igreja) (BARKAN, 1998). Desses três fatores explicativos da participação, os recursos seriam os mais importantes, pessoas com mais recursos teriam mais acesso à informação, educação e benefícios com envolvimento político, por isso participam mais. A desigualdade de participação é explicada pela diferença de recursos que os grupos têm acesso, dentro das minorias sociais, os que participam menos são aqueles mais pobres também (VERBA et al, 1993). O modelo explicativo que enfatiza a importância do status socioeconômico ficou conhecido pela sigla SES (Socioeconomic Status) na língua inglesa.

Uma vez que pesquisas sobre participação consolidaram o entendimento que indivíduos com mais recursos participam mais, outros pesquisadores acreditam e têm demonstrado que é possível mensurar a influência de outras variáveis na incidência de participação, tal como a étnico-racial, que ganha importância nas sociedades modernas marcadas pelo multiculturalismo, não se contentando apenas com a explicação via status socioeconômico. Por exemplo, algumas etnias socialmente desfavorecidas apresentaram taxas mais altas de participação do que seria esperado dentro deste modelo hegemônico na área de pesquisa, muitas comunidades negras são citadas nessa circunstância. A resposta para isso seria uma autoconsciência do grupo da sua condição desfavorável, de forma concisa: "participation group consciousness has been conceptualized primarily as identification with a political group" (MILLER

et al, 1981, p. 494). Tal perspectiva de análise foi buscada nas obras de Marvin Olsen (1970), *Social and Political Participation of Blacks*, e no texto *Participation in America* de Sidney Verba e Norman Nie (1972). Os autores analisavam a participação de indivíduos que se declaravam pertencentes a grupos étnicos, tais como os negros, ou que se referiam a raça nas respostas, mas além da identificação racial, havia demonstração de conhecimento da ideologia política do grupo, consciência da posição de desvantagem social e comprometimento com interesses do grupo. Portanto, a conclusão dos trabalhos acima citados é de que a identificação com um grupo subalterno na sociedade só gera participação eleitoral quando o indivíduo é politizado por sentir que está privado do poder, tem antipatia pelo grupo dominante ou acredita que barreiras sociais explicam a posição de desvantagem que se encontra, portanto, há consciência da sua condição social. A maneira como as pessoas percebem e avaliam sua posição social é a conexão entre a identificação com um grupo e a participação.

Identidade e consciência racial motivariam maior participação de minorias étnicas do que os brancos mesmo em contextos socioeconômicos semelhantes, formariam uma espécie de solidariedade de grupo que os impulsiona. Podemos resumir o efeito assim:

It appeared to be a proxy for membership in a community that exerted normative pressure on individuals to think in group terms and contribute to collective goals through political action. Solidarity thus came to be viewed as a key resource for political engagement, especially among African Americans and other racial minorities (CHONG; ROGERS, 2005, p. 348).

Em seu artigo *Black Consciousness and Political Participation: The Missing Link*, Shingles (1981), acrescenta às conclusões dos trabalhos citados no parágrafo acima que uma consciência de raça só leva à participação dos negros quando combina senso de eficácia da ação

política com senso de desconfiança política, a conexão das três variáveis induz ao envolvimento dos cidadãos. Senso de eficácia política diz respeito à expectativa do indivíduo de que sua ação será bem sucedida, obterá resultado; já o senso de desconfiança diz respeito a quando o indivíduo não espera que suas necessidades sejam atendidas pelo governo, por isso precisa agir.

A consciência racial é explicada pela chamada Teoria das Oportunidades. Ela diz que minorias que recebem oportunidades de integração social através de estudos ou trabalho renunciam ou dão menor importância para questões de identidade étnica e, por outro lado, grupos raciais que se sentem excluídos, discriminados, sem oportunidades iguais aos grupos dominantes, tendem a se tornar conscientes da sua falta de mobilidade social decorrente do preconceito. Isso seria real especialmente para os negros, mesmo quando atingem alto status socioeconômico nos Estados Unidos, permanece a ideia de que seu crescimento individual acontece apesar da desigualdade e falta de oportunidade para sua comunidade e, portanto, ainda apoiam políticas afirmativas. O mesmo já não valeria para latinos e asiáticos, quando seus indivíduos ascendem socialmente, dão menos importância para políticas afirmativas, são grupos que também se sentem menos discriminados e com oportunidades parecidas aos brancos (CHONG; KIM, 2006).

Embora seja frequente na literatura a ideia de que uma consciência de raça aumenta a participação dos negros ou minorias étnicas, parece pertinente colocar a dúvida sobre isso a partir de Tate (1991). Segundo a autora, as pesquisas que fazem esse apontamento analisam dados da década de 1960 e 1980, dois momentos da história que possuíram um clima de estímulo à participação de minorias nos Estados Unidos. O primeiro momento estimulante por ser a luta dos direitos civis e o segundo por ser as eleições de Ronald Reagan, presidente que desagradava a comunidade negra ao cortar gastos do orçamento, ser contra programas de inclusão racial e a proposta de um feriado para

Martin Luther King. Ela verificou em suas pesquisas, por exemplo, que a rejeição ao governo Reagan aumentava a chance de participação dos negros nas eleições de 1984, em 1988 também, mas aí relacionada a Reagan e Bush (o sucessor), a rejeição que ela classificou como um voto antirrepulicanos na verdade. Outros estudos também não encontraram efeitos significativos entre uma solidariedade de raça e participação (LEIGHLEY; VEDLITZ, 1999; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Ainda sobre essa divergência entre variáveis de solidariedade racial, Chong e Rogers (2005), alegam que as pesquisas que não encontraram a relação com a participação trabalharam com poucas variáveis para construir seus modelos, algo entre duas ou três (exemplos: pensar sobre etnia ou sofrer algo por conta da condição étnica) e que, portanto, seriam incapazes de analisar a complexidade do fenômeno, seria necessário expandir ou aperfeiçoar a forma de mensurar a conexão de maneira multidimensional, relacionando diferentes formas de identificação e consciência com diversos tipos de participação, criando até mesmo escalas de medida e efeito.

Indo por outros caminhos, Cho, Gimpell e Wu (2006) reconhecem a perspectiva do Voluntarismo Cívico, porém, destacam que nem todos os indivíduos de boa colocação socioeconômica apresentam altos índices de participação, citam como exemplos os asiáticos nos Estados Unidos, apesar dos altos níveis de renda, possuem baixas taxas de participação política. Assim sendo, apresentam como novidade forças de mediação entre a condição socioeconômica e a participação: as experiências de socialização e ameaça política em uma pesquisa sobre a comunidade árabe dos Estados Unidos. Os autores afirmam que o medo de políticas governamentais pode motivar a participação de quem tem habilidade para isso, especialmente em grupos de minoria étnica, onde a socialização do grupo ensina aos seus membros o que sabem sobre política e não o acesso à educação formal necessariamente. A pesquisa mostrou que após os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos e atos governamentais subsequentes que, a partir de então, endurece-

ram regras e investigações contra árabes sob alegação de combate ao terrorismo, mobilizou a comunidade a se cadastrar como eleitores (aumento de 44% em San Diego e 16% em Nova York, por exemplo) ou aderir a partidos, variáveis locais da comunidade como informação sobre leis antiterrorismo e presença de mesquitas também interferiram na inscrição de eleitores.

O pano de fundo das pesquisas é descobrir se existe alguma motivação específica para a participação através da raça, se existem variáveis que afetam mais algum grupo étnico a participar. A perspectiva é de que uma experiência de vida diferente nos grupos raciais (exclusão, preconceito, desigualdade, violência, socialização, cultura) gera mais ou menos participação, aumenta ou diminui, leva para um tipo específico de participação política. Será que grupos étnicos mais afetados por cortes orçamentários avaliam melhor ou pior o governo? Isso levaria a uma participação diferente nestes grupos étnicos? Ou então algum grupo étnico participa mais quando se sente representado por algum candidato ou partido que o beneficie? (BARKAN, 1998).

A pesquisa de Fairdosi e Rogowski (2015) encontrou evidências de que, em 2010, os candidatos negros do Partido Democrata a uma vaga de deputado nos Estados Unidos mobilizaram maior participação de cidadãos negros nas eleições, o mesmo engajamento não foi encontrado para candidatos negros do Partido Republicano. Ou seja, a percepção dos eleitores negros sobre os candidatos negros apresentou diferenças de acordo com o partido, assim, os autores sugerem que os cidadãos se engajam na política quando questões identitárias e ideológicas aparecem ligadas ao partidarismo também. Os autores sugerem que a participação de cidadãos negros também é afetada por nível educacional ou status econômico, porém, afirmam que há uma tendência dos eleitores negros votarem mais quando se sentem representados por candidatos negros e mais ainda do partido democrata. Quando ambos candidatos são negros (Republicano e Democrata) no distrito eleitoral, aumenta em 6,3% a chance do eleitor negro votar; mas, quan-

do só um candidato democrata é negro aumenta em 5,4% a probabilidade do eleitor negro votar; se for só um candidato republicano negro não há significância estatística.

Analisando a relação entre representação e participação da população negra, Bobo e Gilliam (1990), concluem também que em cidades onde os prefeitos são negros, por vezes assumindo o município por mais de década, há maior participação dos negros na política, isso tanto na esfera eleitoral quanto outras instituições da comunidade. Os autores elaboram um conceito para descrever o fenômeno, seria o empoderamento negro: áreas onde os negros alcançam posição de poder e podem influenciar as decisões políticas. O empoderamento negro aumenta a participação dos negros porque traz maior confiança, conhecimento e senso de eficácia nas ações. Os negros em regiões de empoderamento participam mais do que os brancos da mesma localidade com mesmo status socioeconômico; os negros das regiões consideradas empoderadas pelo estudo também participam mais do que os negros das regiões não empoderadas. A representação e consequente empoderamento de negros também pode ser fortalecida pelo desenho dos distritos eleitorais, distritos que cobrem maior população de negros costumam apresentar mais chances de eleição dos candidatos negros (HAYES; MCKEE, 2012).

Ainda sobre participação, identificação partidária e grupos étnicos nos Estados Unidos, os latinos se identificam mais com o Partido Democrata, a explicação para isso seria sua renda mais baixa, as experiências de discriminação e a ideia de que os democratas apoiam mais políticas que favorecem minorias sociais. Já os republicanos teriam mais apoio dos povos asiáticos pois costumam ser associados ao combate ao comunismo e muitos imigrantes da Ásia alimentam um sentimento anticomunista, além do mais, são povos com maior renda no país, o que costuma se relacionar a partidatismo republicano (CAIN; KIEWIET; UHLANER, 1991).

Assim como no Brasil, nos Estados Unidos as pesquisas sobre participação política com recorte racial se concentram em negros e brancos, grupos de asiáticos e latinos apresentam baixa participação, o principal obstáculo à participação destes dois últimos grupos étnicos é sua baixa naturalização, o que impede que possam se inscrever como eleitores já que não são cidadãos do país oficialmente. A condição de imigrantes também deixa latinos e asiáticos com baixos recursos econômicos e pouco acesso à educação, o que dificulta que tenham forças para participar, mesmo quando legalizados. Ou então, quando educados e com recursos, falta informação suficiente sobre a política nacional nem há incentivo do grupo para ser transformada em ação, costumam ser mais jovens também (SEGURA; RODRIGUES, 2006). Ainda sobre a baixa participação dos asiáticos, outros motivos elencados são uma norma grupal de não envolvimento com política, vista como perda de tempo; ausência de líderes políticos e experiências de discriminação (LOGAN; DARRAH; OH, 2012).

Segura e Rodrigues (2006) acrescentam que negros conseguem mobilizar a participação política pela identidade racial comum e um senso de solidariedade entre eles, porém, isso não ocorre com asiáticos e latinos nos Estados Unidos uma vez que ambos os grupos não possuem um único identificador étnico nem nacional, além do mais, geograficamente estão espalhados pelo território, dificultando ainda mais alguma unidade. A unidade entre asiáticos e latinos é muito mais pela posição geográfica da sua origem, não por uma cultura comum.

Por fim, as autoras acima citadas alegam que é um desafio para a ciência política acompanhar se a mudança demográfica que ocorre no país desde o início dos anos 2000, com crescimento da população de latinos e diminuição dos brancos, pode levar a uma coalização das minorias étnicas, uma vez que compartilham ameaças comuns no país como desemprego, exclusão e marginalidade, além de uma predileção pelo Partido Democrata.

Ainda sobre a participação de minorias étnicas que não sejam negras, Wrinkle et al (1996) aponta que dados e pesquisas sobre sua participação não eleitoral são ainda mais raros. Em seu trabalho ele define como atividades não eleitorais trabalhar para um partido ou candidato, assinar petições, participação de reuniões públicas com candidatos, fazer alguma reclamação a órgão público oficial, entregar material de alguma campanha ou contribuir financeiramente com alguma causa.

Sobre a participação não eleitoral entre latinos nos Estados Unidos, Wrinkle (1996) e seus colaboradores descobriram que passar por uma experiência de discriminação os motiva a participar, também mais propensos a participar aqueles que possuem renda e educação mais elevadas, por fim, apontam que o envolvimento político é maior entre aqueles que se mobilizaram para resolver algum problema coletivo, já procuraram algum agente público ou conversam sobre problemas sociais com outros.

Já a participação não eleitoral de negros nos EUA passou por divergências, pelo menos no que se refere à participação em associações voluntárias, Stoll (2001) afirma que nos anos 1950 e 60 algumas pesquisas indicavam que negros participavam menos do que brancos em associações voluntárias (associação de moradores, esportes, cultura, comerciais) por conta do isolamento social; na mesma época outros pesquisadores indicavam que negros participavam mais quando havia controle de variáveis socioeconômicas, a motivação seria um senso de comunidade étnica. Criou-se uma teoria da compensação, a explicação para negros participarem mais do que brancos em clubes ou associações seria viver em vizinhanças marcadas por uma subordinação étnica que aumenta o sentimento de consciência de grupo e conexão entre os indivíduos. Depois da luta por direitos civis e avanços sociais e econômicos dos negros nos anos 1970, pesquisadores notaram que durante os anos 1980 e 1990 a participação era equivalente aos brancos em associações. Pesquisas mais recentes já indicam que negros participam mais do que outros grupos étnicos em associações

relacionadas aos bairros, principalmente as de igrejas e voltadas para cultura, especialmente em comunidades pobres onde estão sobrerrepresentados, pois elas reforçam normas e melhoram as condições de vida, acesso a recursos (STOLL, 2001).

Geralmente a participação política é analisada com variáveis de nível individual - tais como idade, anos de estudo e renda - mas também é possível mensurar a influência sobre o grupo. A premissa é de que pode haver algum estímulo a um grupo que pode aumentar ou diminuir a participação dos seus indivíduos na política, isso pode ocorrer por conta de uma ameaça coletiva, conforme foi a situação dos árabes após o 11 de setembro nos Estados Unidos mencionado anteriormente, ou ainda uma situação de desigualdade que leve o grupo a se unir, desenvolver uma consciência coletiva. Nesse sentido, Logan, Darrah e Oh (2012) testaram se variáveis coletivas influenciavam na participação de negros, latinos e asiáticos nos Estados Unidos. As variáveis eram relacionadas a atitudes públicas sobre imigrantes nos estados: restrições de serviços a imigrantes, legislações que dificultavam ou facilitavam a participação de imigrantes na política e regras eleitorais.

O primeiro achado da pesquisa sobre a influência de variáveis coletivas na participação foi de que a geração importa, passadas duas ou três gerações dos imigrantes, a participação aumenta na eleições; os estados com maior rede de proteção social aos imigrantes também aumentam as chances de participação; a participação também variou conforme o ano, por exemplo, menor nas eleições de 1998 e 2002, sendo que em 2000 teve maior participação; ter representantes na região metropolitana aumentou em 40% a chance dos negros participarem. Além disso, variáveis individuais como renda, educação, maior idade e ser casado também aumentaram a participação (LOGAN; DARRAH, OH, 2012).

Analisando a participação por variáveis agregadas ou que trabalham no nível coletivo, Anoll (2018) aponta que três variáveis devem

ser consideradas: raça, vizinhança e normas sociais. A própria formação histórica dos países levou grupos étnicos a terem formação diferente, negros tiveram de conquistar o direito a participar, por isso valorizariam mais atividades de protesto e isso formou sua base política. A vizinhança mais homogênea pode levar indivíduos a participarem mais porque aumenta a confiança uns nos outros, facilita o acesso à informação e faz terem mais consideração uns pelos outros. Já as normas de convivência e participação são reforçadas quando há coesão, confiança e circulação de informações. Portanto as vivências de um grupo e sua relação com o governo criariam normas e valores de participação diferentes entre negros, brancos e latinos, como eles percebem que a participação melhora a vida da sua comunidade e ajuda as pessoas.

Sobre estudos do efeito da comunidade na participação e a questão racial, Alex-Assensoh (1997) procurou entender se há alguma relação com o tipo de bairro e descobriu que viver em um local segregado, onde há pouca ou nenhuma interação dos mais pobres com gente de classes mais altas, diminui a participação dos negros, mas não dos brancos, estes últimos afetados mais pela condição de pobreza mesmo. A explicação seria que a segregação cria mais dificuldade aos negros para formarem redes de contatos e capital humano para emprego, casamento, associações com grupos diferentes que levam a maior renda, sucesso no mercado de trabalho e envolvimento na política. Leighley e Matsubayashi (2009) também identificaram que a rede de contato dos brancos é maior em relação a outras minorias étnicas, isso gera mais informação, bem como sua diversificação, e afeta a participação. Grupos menores e mais homogêneos teriam suas possibilidades de ação mais limitadas por ficarem restritos a um padrão social que não expande oportunidades e conhecimento.

Inspirado nos apontamentos de Bobo e Gilliam (1990) de que as pesquisas sobre diferenças de participação política que envolvem a questão racial trabalham com três tipos de fatores: sociodemográficos,

psicológicos e estruturais, organizei no quadro abaixo as variáveis encontradas nos estudos revisados.

Quadro 1. Variáveis analisadas nos estudos sobre participação de raça/etnia

Fatores socio-econômicos e demográficos	Fatores psicológicos	Fatores estruturais/institucionais
Educação	Sentimentos de exclusão ou discriminação, perigo ou conflito	Legislação sobre imigração
Emprego	Consciência/ identidade de raça/ classe/grupos	Regras eleitorais
Renda	Senso de eficácia e desconfiança do sistema político	Sistemas de proteção e acolhimento como a assistência social.
Localização e/ou vizinhança	Conhecimento sobre política	Representação no Estado em todas suas esferas.
Idade	Interesse por política	Membro de alguma associação civil (igrejas, clubes, associação de moradores).
Sexo	Valores/normas sociais ou cívicas	

Fonte: o autor, 2021.

No trabalho de Leighley e Vedlitz (1999) também é feito um levantamento sobre os tipos de variáveis explicativas da participação em estudos com foco na questão étnica ou racial, eles acrescentam

outro tipo, a conexão social entre o indivíduo e sua comunidade (participação em organizações e igrejas, ter casa própria e estado civil) como algo que aumenta a participação para brancos, mexicanos, negros e asiáticos no Texas, durante uma pesquisa realizada na década de 1990, esse ponto foi medido pelo tempo de residência da pessoa no local. No restante, chegam a uma tipologia de variáveis parecidas com Bobo e Gilliam (1990), embora com algumas diferenças de nomenclatura.

Por fim, os estudos sobre participação e raça levaram a quatro teorias explicativas nos Estados Unidos. A primeira é chamada Inibição Cultural, diz que negros participam menos do que brancos porque não recebem estímulos ou orientações adequadas para tal; a segunda teoria é a do Isolamento, onde negros participariam menos porque são discriminados e a estrutura social os isola; a terceira chama-se Compensação, afirma que os negros participam mais como forma de compensação pelas desvantagens sociais que possuem; por fim, a teoria da Comunidade Étnica argumenta que os negros participam mais quando o convívio comunitário desperta neles uma consciência social ou de raça (GUTERBOCK; LONDON, 1983). Como podemos perceber, o tema da participação política a partir da análise racial ainda é controverso, contando com pesquisas que afirmam ser relevante e outras não, alguns trabalhos que a colocam como dependente de recursos e outros que afirmam existir componentes de socialização que a afetam.

A maior parte dos textos encontrados na bibliografia internacional que trabalha o tema da raça e participação está em inglês e analisa o cenário presente nos Estados Unidos, mas também encontrei textos que falavam da América Latina, embora poucos. Para Sawyer (2015) essa escassez de produção sobre raça e participação para os países latinos se deve ao fato de serem vistos como democracias raciais até os anos 1980 por pesquisadores do tema, somente nos

anos 1990 ou início dos anos dos 2000 os cientistas políticos estrangeiros teriam começado a olhar para o continente identificando a desigualdade racial, entendendo a democracia racial ser um mito, onde, na verdade, os negros ou indígenas eram prejudicados e os brancos valorizados pela sociedade. A partir de então é que os cientistas políticos deram mais atenção para protestos e ações políticas de minorias étnicas por aqui, principalmente em países como Brasil, Equador, Bolívia, Peru, Honduras e região do Caribe, com foco na ação dos movimentos sociais e suas demandas (PASCHEL; SAWYER, 2008).

Sobre os países andinos – Peru, Equador e Bolívia -, Quijano (2003) destaca que a maioria da população de origem indígena ou afrodescendente foi excluída da participação política na maior parte da história, revoltas no século XX que exigiam participação e cidadania de tais grupos foram reprimidas por ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos, só recentemente esses países conseguiram eleger políticos mestiços ou oriundos das etnias estigmatizadas, organizando-se a partir de movimentos sociais como forma de participação. Nesse sentido, no Equador, Hidalgo (2006), explica que os povos indígenas possuem uma entidade de representação, a CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador), fundada em 1986, ela é responsável por aglutinar os povos e organizar a participação para garantir seus direitos e reivindicações. A centralidade da participação está nos movimentos sociais e busca por autonomia das terras dos povos originários. Na Bolívia e Peru, Degregori (1993), também destaca os movimentos sociais indígenas que surgiram na segunda metade do século XX para lutar por direitos de tais grupos étnicos, muito ligados a movimentos camponeses também.

No livro *Participación Política Indígena Y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina*, Cárdenas et al (2011) trazem análises da participação dos povos indígenas no continente, destacando a organização dos povos em movimentos sociais ou a

escalada daqueles que conseguiram atingir cargos representativos no Estado, tudo acompanhado da situação social em que vivem nos seus países, abarcando localidades da América do Sul até a do Norte.

No geral, sobre participação e raça fora dos Estados Unidos a bibliografia se refere à América Latina, onde o foco da análise tende a ser na ação dos movimentos sociais em si e suas conquistas.

5. Considerações finais

Ao final da revisão bibliográfica que fiz me parece que a grande chave explicativa para analisar a participação e raça é o contexto vivido pela comunidade, especialmente um contexto ameaçador ou opressor que motiva o envolvimento político de minorias étnicas. Dessa forma, meu próximo passo é encontrar em bancos de dados variáveis que possam auxiliar na análise e definição do contexto social vivido e quando ele representa uma ameaça que motiva a ação pública dos grupos.

Referências

ANOLL, A. P. What Makes a Good Neighbor? Race, Place, and Norms of Political Participation. *American Political Science Review*. Vol. 112, No. 3, pp. 494-508, 2018.

ALEX-ASSENSOH, Y. A. Race, concentrated poverty, social isolation, and political behavior. *Urban Affairs Review*. Vol. 33, No 2, pp. 209-227, 1997.

BARKAN, S. E. Race, issue engagement, and political participation: evidence from the 1987 general social survey. *Race and Society*. Vol. 1, No 1, pp. 63-76, 1998.

BOBO, L.; GILLIAM, F. D. Race, sociopolitical participation, and black empowerment. *American Political Science Review*. Vol. 84, No. 2, pp. 377-393, 1990.

CAIN, B. E.; KIEWIET, D. R.; UHLANER, C. J. The Acquisition of Partisanship by Latinos and Asian Americans. *American Journal of Political Science*, Vol. 35, No. 2, pp. 390-422, 1991.

CÁRDENAS, V. H. et al. *Participación Política Indígena Y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina*. La Paz: Fundación Konrad Adenauer (KAS): 2011.

CHO, W. K.; GIMPEL, J. G.; WU, T. "Clarifying the role of SES. In: *Political Participation: policy threat and Arab American mobilization*". *The Journal of Politics*. Vol. 68, no 4, pp. 977-991, 2006.

CHONG, D.; ROGERS, R.; Racial solidarity and political participation. *Political Behavior*, Vol. 27, No. 4, pp. 347-374, 2005.

CHONG, D.; KIM, D. The Experiences and Effects of Economic Status Among Racial and Ethnic Minorities. *American Political Science Review*. Vol. 100, No. 3. pp. 335-351, 2006.

DEGREGORI, Carlos Iván. Identidad étnica. Movimientos sociales y participación política en el Perú. In: ADRIANZEN, A et al. *Democracia, etnicidad y violencia política en los países andinos*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, IEP: Instituto Francés de Estudios Andinos, IFEA, pp. 113-133, 1993.

FAIRDOSI, A. S.; ROGOWSKI, J. C. Candidate Race, Partisanship, and Political Participation: When Do Black Candidates Increase Black Turnout? *Political Research Quarterly*, Vol. 68(2), pp. 337-349, 2015.

GUTERBOCK, T. M.; LONDON, B. Race, Political Orientation, and Participation: An Empirical Test of Four Competing Theories. *American Sociological Review*, Vol. 48, No. 4, pp. 439-453, 1983.

HAYES, D.; MCKEE, S. C. The Intersection of Redistricting, Race, and Participation. *American Journal of Political Science*, Vol. 56, No. 1, pp. 115-130, 2012.

HIDALGO, Juan. *Cosmovisión y participación política de los indígenas en el Ecuador*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006.

LEIGHLEY, J. E.; VEDLITZ, A. Race, Ethnicity, and Political Participation: Competing Models and Contrasting Explanations. *The Journal of Politics*. Vol. 61, No 4, pp. 1092-1114, 1999.

LEIGHLEY, J. E.; VEDLITZ, A; MATSUBAYASHI, T. The Implications of class, race, and Ethnicity for Political Networks. *American Politics Research*. 2009.

LOGAN, J. R.; DARRAH, J.; OH, S. The impact of race and ethnicity, immigration and political context on participation in american electoral politics. *Social Forces*. Vol. 90, No 3, pp. 993-1022, 2012.

MILLER, A. H. et al. Group Consciousness and Political Participation. *American Journal of Political Science*, Vol. 25, No. 3, pp. 494-511, 1981.

OLSEN, M. E. Social and Political Participation of Blacks. *American Sociological Review*, Vol. 35, No. 4, pp. 682-697, 1970.

PASCHEL, T. S; SAWYER, M. Q. Contesting Politics as Usual: Black Social Movements, Globalization, and Race Policy in Latin America, *Souls: A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society*. Londres: pp. 197-214, 2008.

QUIJANO, A. Notas sobre raza y democracia en los países andinos. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 9, núm. 1, pp. 53-59, 2003.

SEGURA, G.M; RODRIGUES, H. A. Comparative ethnic politics in the United States: Beyond Black and White. *Annual Reviews Political Science*. Vol. 95, No 9, pp. 375-391, 2006.

SHINGLES, R. D. Black Consciousness and Political Participation: The Missing Link. *The American Political Science Review*. Vol. 75, No. 1, pp. 76-91, 1981.

SAWYER, M. Q. "Race" to the Future: Racial Politics in Latin America 2015. *Perspectives on Politics*, Vol. 3, No. 3. pp. 561-564, 2015.

STOLL, M. A. Race, Neighborhood Poverty, and Participation in Voluntary Associations. *Sociological Forum*, Vol. 16, No. 3, pp. 529-557, 2001.

TATE, K. Black political participation in the 1984 and 1988 presidential elections. *American Political Science Review*. Vol. 85, No. 4, pp. 1159-1176, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis C. H. M.C de. *Democracia na América*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E.; NIE, N. H. Race, ethnicity and political resources: participation in the United States. *British Journal of Political Science*. Vol. 23, No. 4, pp. 453-497, 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E.; NIE, N. H. *Participation in America*. New York: Harper, 1972.

WRINKLE, R. D.; STEWART JR., J.; POLINARD, J. L.; MEIER, K. J.; ARVIZU, J. R. "Ethnicity and nonelectoral political participation". *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, vol.18, no 2, pp. 142-153, 1996.

Sobre o autor

Rafael Adílio Silveira dos Santos

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.
E-mail: rafaeladilio@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2249-2005>.

